

NOA

NORTE DA AMAZÔNIA AIRPORTS

Aos senhores Sócios e Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a **SPE Novo Norte S.A.** vem por meio deste apresentar-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Informações Contábeis Intermediárias, preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, outrossim, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em observância às disposições constantes no artigo nº 27 da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, a Diretoria da SPE Novo Norte S.A, declara que discutiu, revisou e concordou com as conclusões expressas no relatório da Ernst & Young e as informações contábeis intermediárias para o exercício findo em 31/12/2025.

1. Introdução: Iniciando suas atividades em 2023, a Norte da Amazônia Airports - NOA nasce com o propósito de contribuir com o desenvolvimento da região norte do país, a partir da união de esforços para elevar a qualidade da infraestrutura aeroportuária. A NOA arrematou o Bloco Norte II na sétima rodada de concessões de aeroportos promovida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em agosto de 2022, para concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans - Júlio Cezar Ribeiro e do Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre. A vigência do Contrato corresponde ao prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir da data de eficácia e com previsão de término para o ano de 2053.

2. Estrutura Societária: A NOA - Norte da Amazônia Airports, é constituída pelas empresas Socicam e Dix Empreendimentos para a gestão de dois dos principais aeroportos da região Norte do Brasil, em Belém (PA) e Macapá (AP). A **Socicam** há mais de quatro décadas contribui com pioneirismo, criatividade e eficiência para o desenvolvimento sustentável do País. A Companhia viabiliza como solução empresarial a gestão integrada de espaços públicos nos segmentos de infraestrutura de mobilidade, social e de serviços, com foco no atendimento e bem-estar do cidadão. No mercado nacional, ocupa posição de liderança na gestão de terminais de passageiros rodoviários e urbanos, marcando presença relevante em aeroportos, portos, e centros comerciais. É assim que mantêm em carteira mais de 120 empreendimentos, entre contratos de concessão e de prestação de serviços, nas cinco regiões do Brasil. Desde 2008, vem expandindo negócios em outros países da América do Sul.

A **DIX Empreendimentos**, é uma empresa pertencente a holding Agemar especializada em construção, administração, operação e exploração comercial de aeroportos regionais pelo Brasil. A DIX Aeroportos atua na administração de 18 aeroportos do país. Os serviços da DIX possibilitam, através de um eficiente projeto aeroportuário, a ampliação do potencial de crescimento de cidades e macrorregiões, com geração de maiores recursos pela atração de novos negócios e investimentos.

3. Destaques:

- **Outubro/2025: Avianca estreia voo direto entre Belém e Bogotá e conecta o Norte à América Latina por meio do Aeroporto Internacional de Belém Voo inaugural aconteceu no último dia 28/10/2025.**

Sob a gestão da Norte da Amazônia Airports (NOA), o Aeroporto Internacional de Belém segue reafirmando sua posição com hub estratégico para a mobilidade aérea internacional. No dia 28/10/2025, o maior terminal aeroportuário da região norte passou a contar com uma rota fixa inédita da Avianca para Bogotá, capital da Colômbia, com três frequências semanais operadas por aeronaves Airbus A320, que possuem capacidade para até 180 passageiros. Além de ampliar a oferta de viagens internacionais do empreendimento, a novidade permitirá conectividade direta de Belém para mais de 60 destinos entre América do Sul, América Central, América do Norte e Europa, impulsionando ainda mais o fluxo de viajantes corporativos e dos turistas que desejam conhecer as maravilhas da Amazônia brasileira. A nova operação também reforçou a malha do Aeroporto Júlio César Ribeiro - Val-de-Cans durante o período da COP30, facilitando chegadas e partidas para os participantes desse grande evento de sustentabilidade. Com esse incremento, o Aeroporto Internacional de Belém passará a contar com voos diretos para seis destinos na América do Sul, na América do Norte e na Europa. Com duração média de apenas 4h30, os voos partem de Bogotá às 23h05 (horário local), às segundas, quartas e sextas-feiras, com chegadas previstas em Belém às 5h40 da manhã do dia seguinte. No sentido inverso, as decolagens ocorrem às terças, quintas e sábados, às 8h50 da manhã, com chegadas à capital colombiana às 11h15 (horário local).

• **Novembro / 2025: Sob gestão da NOA, Aeroporto Internacional de Belém recebe a COP30 e deixa legado para a região Norte**

Sob gestão da Norte da Amazônia Airports (NOA), o Aeroporto Internacional de Belém inicia um novo capítulo para a mobilidade aérea na região Norte. Com investimentos próprios, a concessionária concluiu um amplo processo de ampliação e modernização que abrange tanto a requalificação dos ambientes do terminal de passageiros, do mix comercial, quanto obras estruturais na área de operações, essenciais para ampliar a capacidade, a segurança e a eficiência dos voos. As intervenções integram a Fase 1-B do contrato de concessão e foram concluídas com quase um ano de antecedência em relação ao prazo inicialmente previsto, que era maio de 2026, após tratativas da NOA com o Governo Federal e a ANAC. Com isso, a capacidade de atendimento do aeroporto passa de 7,7 para cerca de 13 milhões de passageiros por ano. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP, as delegações estrangeiras desembarcaram, transitaram e embarcaram com muito conforto e segurança nos saguões do Aeroporto Internacional de Belém. Foram cerca de 390 mil passageiros entre embarques, desembarques e conexões em 3.122 voos comerciais no mês de novembro, um incremento de quase 18% frente a novembro do ano de 2024. Destaque também para o incremento da movimentação de passageiros internacionais no mês de novembro de 2025. Foram mais de 25 mil pessoas, um incremento de mais de 63% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, demonstrando a capacidade do aeroporto em receber com comodidade e segurança passageiros internacionais.

• **Novembro/2025: Durante a COP30, NOA Belém recebe selo de sustentabilidade promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos do Governo Federal: O selo integra uma política governamental que estimula o atendimento aos objetivos de desenvolvimento sustentável concedido a empresas com boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).**

A cerimônia de entrega do Selo de Sustentabilidade marcou a consolidação do Pacto pela Sustentabilidade, instituído pela Portaria nº 58/2025. A iniciativa reconhece e estimula organizações do setor a adotarem boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas operações. A NOA Airports Belém apresentou planos de ação baseados nos eixos Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Governança, avaliados tecnicamente pelo MPor. De acordo com o desempenho obtido, a NOA recebeu o selo na categoria Bronze, reforçando seu empenho em manter uma gestão moderna, responsável e alinhada ao futuro. Nesta primeira edição, 63 empresas participaram do programa e 36 foram premiadas.

• **Dezembro/2025: Aeroporto de Internacional de Macapá recebe novo voo da GOL com origem do Rio de Janeiro e frequência diária: Demanda do setor de óleo e gás, o primeiro voo direto entre Macapá e Rio de Janeiro marca início de um novo momento na região.**

A Gol iniciou voos entre Rio de Janeiro a Macapá, com breve escala em Belém. A rota é operada pelo Boeing 737 MAX 8, para 186 passageiros. As operações regulares tiveram início na segunda, 1º de dezembro. Diários, os voos atendem e fomentam a demanda por viagens de negócios e lazer, além do transporte de cargas. O voo G3 1158 parte do Riogaleão (GIG) às 8h30, faz escala em Belém (BEL) e aterrissa em Macapá (MCP) às 13h45 da segunda (1º). Já a volta a partir da capital do Amapá acontece às 15h10 do mesmo dia, no voo G3 1159. Após a escala na

SPE Novo Norte Aeroportos S/A

CNPJ. nº 48.710.127/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

PAX (2024 vs 2025)

2024 2025

40% 30% 20% 10% 0% 40% 30% 20% 10% 0%

JAN FEB MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

Principais Indicadores

Acumulado Ano: 4.033.684 pax

Dezembro: 365.380 pax (+4,19%)

Mix Internacional: Crescimento expressivo de +3,12% em Dezembro validando estratégia de hub.

capital paraense, pouso no Rio de Janeiro às 20h45.

4. Demanda e Operação: Aeroporto de Belém - Comparativo Passageiros 2025 x 2024. Em 2025, o Aeroporto de Belém (SBBE) movimentou 1.893 aeronaves regulares internacionais. Comparado ao ano de 2024, que apresentou um movimento de 1.657 aeronaves da mesma categoria, trata-se de um incremento de mais de 14%. Além disso, o SBBE movimentou mais de 196 mil passageiros internacionais em 2025, um movimento superior a quase 5% quando comparado ao ano anterior, 2024. • Em novembro, mês da COP30, foram cerca de **390 mil passageiros** entre embarques, desembarques e conexões, um **incremento de quase 18%** frente a novembro do ano de 2024. • Destaque também para o incremento da movimentação de passageiros internacionais no mês de novembro de 2025.

Foram mais de 25 mil pessoas, um incremento de mais de 63% quando comparado ao mesmo período do ano anterior; • No mês de dezembro de 2025, o SBBE registrou a movimentação total de **365.380 passageiros**, o que representou um crescimento de **4,19%** em relação a dezembro de 2024;

• **Assim como em 2024, o SBBE ultrapassou em 2025 pela segunda vez em sua história a marca dos 4 milhões de passageiros**, consolidando-se como o maior terminal aeroportuário do Norte e um dos maiores do país. • A tabela a seguir apresenta um comparativo da movimentação aeroportuária no Aeroporto de Belém de 2017 até 2025:

• A tabela a seguir apresenta um comparativo da movimentação aeroportuária no Aeroporto de Macapá de 2017 até 2025:

• O Aeroporto Internacional de Macapá (SBMK) encerrou 2025 com **4.112 aeronaves regulares movimentadas, frente a 4.051 em 2024**. Com relação as aeronaves não regulares, foram **5.765 aeronaves domésticas** e internacionais movimentadas em 2025 frente a 4.976 em 2024, um **incremento de mais de 15%**; • Na movimentação de passageiros, o SBMK encerrou 2025, com números próximos ao ano de 2024. Entretanto, espera-se que com a liberação das licenças ambientais para pesquisa e exploração de óleo e gás na costa do Estado do Amapá, bem como os novos voos lançados no fim de 2025 e a perspectiva de novos a serem anunciados, espera-se um incremento considerável na movimentação naquele aeroporto ainda em 2026.

5. Desempenho Econômico-Financeiro: 5.1 Indicadores SPE Novo Norte Aeroportos S.A.:

Arceita deve o incremento de 105% ao mesmo período do ano anterior

Desempenho Financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta	497.730	252.090
Tributos sobre a receita	(27.598)	(22.420)
Receita Líquida	470.132	229.670
Custos dos Serviços Prestados	(390.232)	(158.492)
Lucro Bruto	79.900	71.178
Despesas Gerais e Administrativas	(12.489)	(7.295)
Outras receitas líquidas	664	(150)
Lucro operacional	68.075	63.733
Receitas e Despesas Financeiras	(2.677)	(3.801)
Lucro Antes do Imposto e da Contribuição social	65.398	59.932
Lucro do exercício	49.198	43.404
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	0,268	0,293

5.2. Receita: Fazem parte da operação da NOA, (i) tarifas de embarque de passageiros, (ii) tarifas de pouso e permanência de aeronaves, (iii) locações de áreas comerciais no complexo aeroportuário, e (iv) demais receitas.

Receita (em milhares de Reais)	31/12/2025	31/12/2024
Receita da Operação	189.871	174.160
Receita Bruta	189.871	174.160
Abatimentos concedidos e cancelados	(1.180)	(405)
ISS	(6.583)	(6.347)
PIS	(3.538)	(2.867)
COFINS	(16.297)	(13.205)
Deduções da receita	(27.598)	(22.824)
Receitas de construção - concessão	307.953	79.234
Receita Líquida	470.131	229.670

5.3. Custo dos Serviços Prestados: Os Custos dos Serviços Prestados são essenciais para a operação da NOA. Por outro lado, entendemos que a disciplina e domínio nos custos é fundamental para a sanidade financeira e consequentemente estimula nossos resultados. Neste contexto a Administração continua atuando fortemente para minimizar os gastos inerentes ao custo de operação. A Administração permanece revisando os preços praticados pelas empresas terceirizadas, os escopos contratuais, fluxo de pagamento de fornecedores e/ou demais parceiros que são intrínsecos a operacionalização do negócio.

Custos dos Serviços Prestados (em milhares de Reais)	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Custo de Pessoal	(9.926)	2,5%	(8.396)	5,3%
Prestadores de serviços	(323)	0,1%	(247)	0,2%
Serviços de segurança	(23.388)	6,0%	(24.077)	15,2%
Honorários advocatícios	(625)	0,2%	(722)	0,5%
Serviço de conservação e limpeza	(5.985)	1,5%	(5.933)	3,7%
Serviço de manutenção	(8.985)	2,3%	(7.720)	4,9%
Serviço de consultoria, assessoria e tecnologia	(6.659)	1,7%	(5.525)	3,2%
Serviço de administração	(9.945)	2,5%	(9.370)	5,9%
Custo de Construção - concessão	(307.859)	78,9%	(78.334)	49,4%
Serviço de Transporte	(554)	0,1%	(1.046)	0,7%
Conservação e manutenção	(1.750)	0,5%	(2.780)	1,8%
Quota de Manutenção, Conservação e Limpeza	3.031	-0,8%	3.562	-2,2%
Serviços Públicos	(11.085)	2,8%	(11.071)	7,0%
Amortização	(4.491)	1,2%	(4.743)	3,0%
Custos Gerais	(1.688)	0,5%	(2.190)	1,4%
Total	(390.232)	100%	(158.492)	100%

5.4. Despesas administrativas e gerais

Despesas Gerais e Administrativas (em milhares de Reais)	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Viagens e representações	(1.450)	11,6%	(787)	10,8%
Aluguéis	(2.064)	16,5%	(1.133)	15,5%
Despesas de cartório	(39)	0,3%	(13)	0,2%
Veículos	(1.487)	11,9%	(1.706)	23,4%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.899)	39,2%	(2.276)	31,2%
Escritório e informática	(267)	2,1%	(245)	3,4%
Seguros	(857)	6,9%	(686)	9,4%
Contingências	(362)	2,9%	-	-
Despesas gerais	(1.064)	8,6%	(449)	6,1%
Total	(12.489)	100%	(7.295)	100%

Outras receitas (despesas) líquidas (em milhares de Reais)	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Receita na alienação de ativos	-	-	10	-6,7 %
Recuperação de despesas	30	4,6%	-	-
Perdas efetivas de créditos incobráveis	(6)	-0,9%	(160)	106,7%
Receita de sinistro de seguradores	637	95,8%	-	-
Outras receitas	3	0,5%	-	-
Total	664	100%	-150	100%

6. Auditoria Independente: Com o objetivo de atender a Resolução da CVM nº 80, de 29/03/2022 a **SPE Novo Norte Aeroportos S.A.**, informa que utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young para revisão de suas informações financeiras em 31/12/2025. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **6.1. Justificativa dos Auditores Independentes - Ernst & Young:** A política de atuação da SPE Novo Norte Aeroportos S.A, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

7. Gestão de Riscos e Compliance: O Programa de Ética e Conduta da **SPE Novo Norte Aeroportos S.A.** compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa que é monitorado por um grupo dedicado aos temas da atividade de Compliance e, para fins de governança, **8. Responsabilidade Social e Ambiental:** A Responsabilidade Socioambiental tem a finalidade de direcionar a Companhia a adotar uma postura sustentável, atuando de forma responsável, potencializando as medidas consideradas e mitigando eventuais impactos negativos. Nesse contexto, através de planejamento e elaboração de estratégias a SPE Novo Norte Aeroportos S.A implementou ações adequadas a exigência do mercado, visando alcançar os seus objetivos institucionais no âmbito ecológico, sem prejudicar o meio em que está inserida e efetivando o seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico regional. A NOA empregou comportamento ético, exercendo suas atividades com transparência e levando e considerando as expectativas de seus stakeholders (partes interessadas). A política de responsabilidade social e ambiental da Companhia se norteia pelos princípios de governança corporativa que ela se comprometeu a adotar na gestão dos seus negócios. Em suma está alicerçada nas boas práticas de mercado relacionada diretamente ao conceito de liderança sustentável, que se baseia em três esferas: cultural, social e ambiental. A SPE Novo Norte Aeroportos S.A concebeu o Projeto Socioambiental com o intuito de transformar a realidade das famílias que vivem nas comunidades adjacentes aos aeroportos, através da realização de ações sociais que facilitam o acesso ao esporte, lazer, saúde e educação. Essas ações preconizam a contribuição positiva na comunidade e auxiliam no desenvolvimento social, especialmente das crianças e adolescentes, favorecendo de forma direta a redução das consequências ambientais através de ações educativas voltadas ao setor ambiental. Outrossim, sustentará o desenvolvimento de uma política cultural mais objetiva, maior segurança operacional, especialmente no que tange aos voos, com a redução dos incidentes e/ou aci-

identes aeronáuticos, além de ampliar as ofertas de serviços sociais para o público em estado de vulnerabilidade e para a população da terceira idade. Assim, a Companhia torna-se peça importante nos projetos vinculados ao desenvolvimento social com ações destinadas à melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Portanto, é essencial e fundamental a aplicação de medidas de sustentabilidade ambiental e o fomento as ações sociais dentro dos aeroportos do estado do Pará.

9. Relatório de Conformidade - Lei nº 15.177/2025: Identificação: • Razão Social: SPE NOVO NORTE AEROPORTOS S.A. • CNPJ: 48.710.1274/0002-01. • Endereço: Av. Para S/N, sala B - Val-de-Cans - Belém - PA. • Atuação: 31/12/2025. • Data emissão relatório: 16/03/2026. Objetivo do Relatório: Este documento visa atender às exigências da Lei nº 15.177/2025, art. 7º § 6º O relatório previsto no inciso I do caput deste artigo incluirá a política de equidade adotada pela companhia e deverá conter, entre outras informações relevantes

Cargos	Níveis hierárquicos
ANALIST. AMBIENTAL	Técnico
APRENDIZ	Administrativo
ASSIST. ADMINISTRATIV.	Administrativo
ASSIST. AVSEC	Operacional
ASSIST. COMERCIAL	Administrativo
ASSIST. MANUTENÇÃO	Operacional
ASSIST. OPERAÇÕES	Operacional
ASSIST. SGSO	Operacional
ASSIST. TARIFAÇÃO	Operacional
AUX. ADM. OPERACIONAL	Operacional
AUX. ADMINISTRATIVO	Administrativo
AUX. AMBIENTAL	Técnico
AUX. AVSEC	Operacional
AUX. TARIFAÇÃO	Operacional
COORD. ADMINISTRATIVO	Supervisão
COORD. AVSEC	Supervisão
COORD. COMERCIAL	Supervisão
COORD. MANUTENÇÃO	Supervisão
COORD. MEIO AMBIENTE	Supervisão
COORD. OPERAÇÕES AERO	Supervisão
ENCARREG. OPERAÇÕES	Operacional
ENCARREG. SGSO	Operacional
FISCAL TERMINAL	Operacional
SUPERINTENDENTE AERO	Alta Administração
SUPERVISOR AEROPORTO	Supervisão
SUPERVISOR AVSEC	Supervisão
SUPERVISOR MANUTENC.	Supervisão
TÉCNICO SEG. TRABALHO	Técnico

Indicador 1 - Mulheres por nível hierárquico	TOTAL FEMININO	TOTAL FUNCIONÁRIOS	%
Contagem de Funcionários	8	12	67%
Administrativo	-	1	0%
Alta Administração	-	1	0%
Operacional	18	56	32%
Supervisão	5	12	42%
Técnico	2	3	67%
Total Geral	33	84	39%

Indicador 2 - Mulheres por nível cargo	TOTAL FEMININO	TOTAL FUNCIONÁRIOS	%
Contagem de Funcionários	1	1	100%
ANALIST. AMBIENTAL	1	1	100%
APRENDIZ	3	3	100%
ASSIST. ADMINISTRATIV.	1	1	100%
ASSIST. AVSEC	1	1	100%
ASSIST. COMERCIAL	2	2	100%
ASSIST. MANUTENÇÃO	1	2	50%
ASSIST. OPERAÇÕES	4	29	14%
ASSIST. SGSO	-	2	0%
ASSIST. TARIFAÇÃO	-	1	0%
AUX. ADM. OPERACIONAL	1	1	100%
AUX. ADMINISTRATIVO	2	6	33%
AUX. AMBIENTAL	1	1	100%
AUX. AVSEC	3	4	75%
AUX. TARIFAÇÃO	2	3	67%
COORD. ADMINISTRATIVO	1	1	100%
COORD. AVSEC	-	1	0%
COORD. COMERCIAL	-	1	0%
COORD. MANUTENÇÃO	1	1	100%
COORD. MEIO AMBIENTE	1	1	100%
COORD. OPERAÇÕES AERO	1	1	100%
ENCARREG. OPERAÇÕES	1	4	25%
ENCARREG. SGSO	1	1	100%
FISCAL TERMINAL	4	8	50%
SUPERINTENDENTE AERO	-	1	0%
SUPERVISOR AEROPORTO	1	3	33%
SUPERVISOR AVSEC	-	1	0%
SUPERVISOR MANUTENCAO	-	2	0%
TÉCNICO SEG. TRABALHO	-	1	0%
Total Geral	33	93	

Indicador 3 - Remuneração por sexo	MASCULINO	FEMININO
Média de Salário	2.349,77	2.166,98
Administrativo	-	-
Alta Administração	17.571,84	-
Operacional	2.826,56	2.715,16
Supervisão	7.166,41	9.504,92
Técnico	4.092,39	2.866,68
Total Geral	3.698,77	3.620,20

Indicador 4 - Variação anual	Média de Salário 2024 FEMININO	Média de Salário 2025 FEMININO	%
Administrativo	2.192,27	1.947,63	-11,16%
Operacional	2.456,11	2.551,85	3,90%
Supervisão	8.750,85	9.504,92	8,62%
Técnico	0,00	2.866,68	100%
Total Geral	3.142,35	3.095,42	

Indicador 5 - Variação anual	Qtd. Funcionárias 2024	Qtd. Funcionárias 2025
Administrativo	7	10
Operacional	23	37
Supervisão	4	5
Técnico	0	2
Total Geral	34	54

Identificação: • Razão Social: SPE NOVO NORTE AEROPORTOS S.A. • CNPJ: 48.710.1274/0003-92. • Endereço: Av. Jose Tupinambá de almeida, 2.215, sala A - Jesus de Nazaré - Macapá - PA. • Atuação: 31/12/2025. • Data emissão relatório: 16/03/2026. **Objetivo do Relatório:** Este documento visa atender às exigências da Lei nº 15.177/2025, art. 7º, § 6º O relatório previsto no inciso I do caput deste artigo incluirá a política de equidade adotada pela companhia e deverá conter, entre outras informações relevantes

Cargos	Níveis hierárquicos
APRENDIZ	Administrativo
ASSIST. ADM. MCP	Administrativo
ASSIST. MANUTENÇÃO	Operacional
ASSIST. OPER. MCP	Operacional
AUX. ADM. OPERACIONAL	Operacional
AUX. ADMINISTRATIVO	Administrativo
AUX. AVSEC	Operacional
COORD. AVSEC E REA	Supervisão
COORD. OPER SGSO	Supervisão
FISCAL TERMINAL	Operacional
GERENTE UNID. AEROPOR	Gerência
SUPERVISOR MANUTENC.	Supervisão

Indicador 1 - Mulheres por nível hierárquico	TOTAL FEMININO	TOTAL FUNCIONÁRIOS	%
Contagem de Funcionários	5	5	100%
Administrativo	-	1	0%
Gerência	-	1	0%
Operacional	6	14	43%
Supervisão	2	3	67%
Total Geral	13	23	54%

Indicador 2 - Mulheres por nível cargo	TOTAL FEMININO	TOTAL FUNCIONÁRIOS	%
Contagem de Funcionários	1	1	100%
APRENDIZ	1	1	100%
ASSIST. ADM. MCP	-	1	0%
ASSIST. MANUTENÇÃO	-	1	0%
ASSIST. OPER MCP	4	8	50%
AUX. ADM. OPERACIONAL	-	1	0%
AUX. ADMINISTRATIVO	3	3	100%
AUX. AVSEC	-	2	0%
COORD. AVSEC E REA	1	1	100%
COORD. OPER SGSO	1	1	100%
FISCAL TERMINAL	2	2	100%
GERENTE UNID. AEROPOR	-	1	0%
SUPERVISOR MANUTENC.	-	1	0%
Total Geral	13	23	

Indicador 3 - Remuneração por sexo	MASCULINO	FEMININO
Média de Salário	-	1.924,73</

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31/12/2025 e 2024			
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	19	470.132	229.670
Custo dos serviços prestados	20	(390.232)	(158.492)
Lucro bruto		79.900	71.178
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(12.489)	(7.295)
Outras receitas (despesa) líquidas	20	664	(150)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		68.075	63.733
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	14.972	26.005
Despesas financeiras	21	(17.649)	(29.806)
		(2.677)	(3.801)
Lucro Quantes do imposto de renda e contribuição social		65.398	59.932
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18.a	(4.243)	(7.458)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.b	(11.957)	(9.070)
Lucro líquido do exercício		49.198	43.404
Lucro líquido básico e diluído por ação (nota 15.f)		0,268	0,293
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31/12/2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A SPE Novo Norte Aeroportos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21/10/2022, com sede e foro na Cidade de Belém, na Avenida Pará S/N - no bairro de Val-de-Cans, localizada no estado do Pará. Está amparada sob o Contrato de no 003/ANAC/2024/AMAC/2024 - Norte II, que dispõe sobre o contrato de concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco Norte II, quais sejam: Aeroporto Internacional de Belém - Val de Cans - Júlio Cezar Ribeiro (SBBE) e Aeroporto Internacional Alberto Alcolumbre - Macapá/AP (SBMQ). A Companhia tem como objeto social a operação dos aeroportos e campos de aterrisagens, que contempla a administração, manutenção e exploração comercial de aeroportos, a exploração de estações e a execução de todas as atividades necessárias para o fiel desempenho das atividades exigidas pelo contrato de concessão firmado com a Agência Nacional de Aviação (ANAC) para ampliação, manutenção e exploração dos referidos aeroportos. A data final do contrato de concessão com a Agência Nacional de Aviação (ANAC) é até o dia 05/05/2053, com eficácia desde 05/05/2023. **Continuidade operacional:** As normas contábeis requerem que, ao elaborar as demonstrações financeiras, a diretoria deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. Em 31/12/2025 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$33.039 (Em 2024 positivo em R\$247.272), substancialmente decorrente do consumo dos recursos, em 2025, da linha de crédito contratada ampliação dos aeroportos de Belém e Macapá, cujas obras, conforme Nota 8, serão concluídas durante o primeiro semestre de 2026, e de dividendos a pagar ao acionista controlador que, ainda que apresentados no passivo circulante, poderão ser pagos conforme geração de caixa futura da concessão. A diretoria entende que com a ampliação dos aeroportos, que no caso de Belém foi substancialmente entregue em novembro de 2025 para a COP 30, o fluxo esperado de passageiros a partir de 2026 será aumentado, contribuindo para o aumento das receitas, lucratividade e geração de caixa. Contudo, mesmo em cenário conservador, a geração de caixa atual já seria suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia, não sendo necessários novos empréstimos e financiamentos, ou aportes do acionista controlador. Considerando as ações mencionadas acima, a diretoria tem a expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos financeiros nos próximos 12 meses, tendo concluído que não há nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para a divulgação pela Administração da Companhia em 16/03/2026. **2. Base de apresentação:** **2.1. Declaração de conformidade e base para preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela diretoria na sua gestão. **2.2. Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional"). **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: **a) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo por meio de dividendos. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, da Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em plano de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração de resultados. Essa categoria contém os seguintes instrumentos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo; Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia aplica uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **ii) Passivos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são subsequentemente mensurados a outras contas a pagar, e demais passivos financeiros contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixa-

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	49.198	43.404
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	49.198	43.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal aplicável aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar os bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadoria no decorso normal das atividades da Companhia, sendo classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente deduzidas de provisão para perdas de crédito esperadas, uma provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou recuperação judicial e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. **d) Fornecedores e outras contas a pagar:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. São classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante. **e) Ajuste a valor presente Ativo e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **f) Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **g) Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis em trânsito em julgamento. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, se materiais, são apenas divulgados em nota explicativa; • Provisões para demandas judiciais são provisões efetuadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são provisões para demandas judiciais quando os estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. **h) Receitas:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **i) Adiantamento de clientes:** O adiantamento de clientes, refere-se a recebimentos de clientes de forma antecipada e assim que realizado seu faturamento, o valor é abatido do valor antecipado. **j) Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Receita de arrendamentos:** Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **k) Contrato de Concessão:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICP 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem aplicadas em contratos de concessão públicos estabelecidos por inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICP 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. **i) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda de valor. A perda do valor contábil, ademais o total do ativo intangível em 31/12/2024 é de R\$ 595.227 e está apresentado na Nota Explicativa nº 8. A Companhia realizou análise de *impairment* e não foi identificada indícios e nem ajustes a serem considerados. **m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e reforma tributária:** A Companhia é optante pelo regime de tributação do Lucro Real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **Reforma tributária:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substitui gradativamente o ICMS, IS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseando na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos. **n) Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação líquido é calculado por meio do resultado líquido atribuído aos acionistas da Companhia e o método mensal das ações em circulação é no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **o) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. **p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes:** **Novos requerimentos atualmente em vigor:**

Data efetiva
01/01/2025 **Novas normas ou alterações**
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

01/01/2025 **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada.** Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31/12/2025. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva.

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31/12/2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Venda de serviços	125.588	126.540
Receitas de construção - ativos da concessão	307.860	78.334
Receitas de locações	58.205	47.216
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços e outros	(72.695)	(71.952)
Outras - materiais de consumo Adm./Com. e outros	(307.860)	(78.334)
Valor adicionado bruto	111.098	101.804
Retenções		
Amortização	(4.491)	(4.306)
Valor adicionado líquido	106.607	97.498
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.972	26.005
Valor adicionado total a distribuir	121.579	123.503
Pessoal e encargos		
Remuneração da diretoria	1.224	360
Remuneração direta	4.850	4.731
Benefícios	1.173	781
F.G.T.S.	466	398
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	44.292	40.964
Municipais	6.583	6.347
Juros e aluguéis		
Juros	16.985	28.891
Aluguéis	2.064	1.133
Outros	(5.256)	(3.506)
Remuneração do capital próprio		
Reserva de lucros	29.795	26.355
Dividendos propostos	11.685	10.308
Reservas de incentivos fiscais	5.268	4.571
Reserva legal	2.450	2.170
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

A Empresa está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva
01/01/2027 **Normas emitidas, mas não vigentes**
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congradadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

01/01/2027 **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

01/01/2026 **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidênciação.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A diretoria da Companhia estabelece estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A diretoria da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Ademais, no contrato é previsto que quando ocorrido a extinção da concessão, todos os ativos retornem para o poder concedente automaticamente, visto que são denominados bens reversíveis. Essa determinação é prevista no contrato de concessão que foi firmado em 05/05/2023 com vigência até 05/05/2053. Os ativos são: (i) máquinas e equipamentos, tais como escadas para embarques e desembarques; (ii) outras instalações; e (iii) direito de uso dos espaços dos aeroportos. A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Assim, o valor justo dos contratos das concessões é mensurado no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 8. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão e valor remanescente a receber:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão, pois 100% dos ativos serão retornados. Não é prevista nenhuma remuneração na extinção do contrato de concessão da exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Até 31/12/2025 e 2024 não havia nenhum passivo não registrado na Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	5	12
Aplicações financeiras (a)	30.178	256.771
	30.183	256.783

(a) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com remuneração de 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 31/12/2025 e 31/12/2024, livres de carência e resgatáveis a qualquer momento.

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	21.017	12.622
Provisão para perda de crédito esperada	(7.175)	(2.276)
	13.842	10.346

	31/12/2024	Adições	Transferências	Amortização no exercício	31/12/2025
Outorga fixa - concessão	121.274	-	-	(4.280)	116.994
Investimento para concessão	11.920	5.311	306.056	(641)	322.646
Softwares	5	706	-	(20)	691
Capitalização de juros debêntures (nota 9 e 23)	26.638	42.434	-	-	69.072
Capitalização de juros notas comerciais (nota 9 e 23)	-	310	-	-	310
Intangível em andamento	50.147	307.860	(286.885)	-	71.122
Adiantamento a construtora	29.695	-	(15.303)	-	14.392
Adiantamento a fornecedores	3.868	-	(3.868)	-	-
Total	243.547	356.621	-	(4.941)	595.227

9. Empréstimos e financiamentos:

	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024	
Emissão					
20/12/2023	2040	IPCA + 9,5% a.a.	408.069	390.818	
05/12/2025	2028	IPCA + 4,5% a.a.	25.310	-	
Subtotal			433.379	390.818	
Custos de transação			(66.091)	(70.177)	
			367.288	320.641	
Circulante			37.810	-	
Não circulante			329.478	320.641	
• Debêntures:					
a) Movimentação das debêntures:			31/12/2025	31/12/2024	
Saldo inicial			320.641	267.168	
Juros incorridos (nota 21)			12.128	23.958	
Capitalização de juros (nota 8)			42.434	26.638	
Juros pagos			(37.310)	-	
Capitalização de custo de captação			-	(1.586)	
Apropriação de custos captação ao resultado (nota 21)			4.407	4.463	
Total			342.300	320.641	
6) Características da emissão: Em 20/12/2023 a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, nos termos do artigo 48 da resolução CVM 160, por meio de MDA. O montante de captação totalizou R\$340.000. A captação dos recursos teve como principal objetivo a realização do ciclo de investimentos previstos no contrato de concessão. As debêntures terão prazo de vigência de 204 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15/12/2040. A primeira parcela de juros foi paga em junho de 2025, e a primeira parcela do principal tem vencimento em setembro de 2027. c) Cronograma de vencimentos:					
	31/12/2024	31/12/2024	Total	Total	
Ano de vencimento	Principal	Juros	Custo	Total	
2026	-	23.549	(4.408)	19.141	(1.419)
2027	4.408	2.989	(4.408)	2.989	(1.419)
2028	4.484	2.989	(4.408)	3.065	7.473
2029	18.409	2.989	(4.408)	16.990	9.990
Após 2029	312.699	35.554	(48.137)	300.115	299.016

11. Fornecedores:	31/12/2025	31/12/2024
Prestadores de serviço	27.252	18.853
	<u>27.252</u>	<u>18.853</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionadas a fornecedores está divulgada na nota explicativa 17.

12. Obrigações tributárias	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	-	653
PIS	409	164
COFINS	1.888	782
ISS	425	440
Impostos retidos terceiros	1.172	1.940
Total	<u>3.894</u>	<u>3.979</u>

13. Obrigações trabalhistas e sociais:	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	370	303
INSS	182	146
IRRF	106	65
FGTS	56	47
Provisões férias	747	627
Total	<u>1.461</u>	<u>1.188</u>

14. Transações com partes relacionadas: Controladora final: A controladora final da Companhia é a Agemar Empreendimentos e Participações S.A. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores. A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre a remuneração do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31/12/2025 e para o exercício de 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
	Diretoria	Diretoria
	Administrativa	Administrativa
Diretor estatutário	1	1
Diretor não estatutário	-	-
Remuneração	1.248	360
Remuneração Total	1.248	360

A remuneração mensal é de R\$ 104, no exercício de 2025 ocorreu pagamento referente aos meses de janeiro a dezembro, e para o ano de 2024 seguiu-se os pagamentos mensais do exercício. **15. Adiantamentos de clientes:** Durante o exercício de 2025, os locatários descritos no quadro abaixo anteciparam para Companhia, a título de antecipação de alugueis, os valores destacados no quadro. A amortização dos alugueis se inicia a partir de Janeiro 2027, conforme descritos nos contratos de locação.

	31/12/2025
W Premium Group	15.040
Localiza Rent a Car	10.000
Total	25.040

16. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31/12/2025, o saldo do capital social subscrito é de R\$244.248, dos quais R\$128.997 se encontravam à integralizar, nesta data, representados por 244.247.720 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 07/02/2024, através da ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi deliberado, nos termos do Estatuto Social, a integralização parcial de R\$28.000 e, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 27/12/2024, o valor de R\$ 5.829, totalizando uma integralização de capital no exercício de 2024 de R\$ 33.829. Abaixo a composição do quadro societário da Companhia em 31/12/2025 e em 31/12/2024:

	31/12/2025 e 31/12/2024	
Sócios	Ações Ordinárias	Participação
DIX Empreendimentos S.A.	232.036	95%
Socicam Serviços Urbanos Ltda.	12.212	5%
	<u>244.248</u>	<u>100%</u>

b) **Reserva legal:** Constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. O valor da reserva legal constituída durante o exercício findo em 31/12/2025 foi de R\$ 2.460 (R\$ 2.170 no exercício de 2024), totalizando o valor de R\$ 4.630. c) **Reserva de lucros:** Em 31 de dezembro de cada exercício os lucros ou prejuízos do exercício são confrontados com a reserva de lucros e o resultado destinado aos acionistas. d) **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividen-

Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	30.183	256.783	30.183	256.783	2

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado					
Contas receber (nota 6)	13.842	10.346	13.842	10.346	-
Fornecedores (nota 11)	27.252	18.853	27.252	18.853	-
Debêntures (nota 9)	408.069	390.818	408.069	390.818	-
Notas comerciais (nota 9)	25.310	-	25.310	-	-

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e • Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis. f) **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo e aplicações financeiras atreladas a essa taxa, dos

	Exposição	Resul-		Cenário de aumento	Resul-		Cenário de perda	Resul-
Exposição	Cenário	12-2025	Saldo		Resul-	25%	Resul-	25%
patrimonial	Provável	R\$	provável	provável	tado	50%	tado	50%
Debêntures	IPCA	3,91%	408.069	424.025	(15.956)	4,89%	(19.944)	5,87%
Notas comerciais	IPCA	3,91%	25.310	26.300	(990)	4,89%	(1.237)	5,87%
Aplicação financeira	CDI	12,68%	30.178	34.004	3.827	15,85%	4.783	19,02%
				<u>3.827</u>	<u>(13.119)</u>		<u>(16.398)</u>	<u>(19.677)</u>

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **SPE Novo Norte Aeroportos S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Novo Norte Aeroportos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo qualquer comentário sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Capitalização de gastos no ativo intangível da concessão:** A Companhia possui contrato de concessão que tem como objeto operação dos aeroportos e campos de aterrisagens, que contempla, a administração, manutenção e exploração comercial de aeroportos e a exploração de estaçõesamentos, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 4. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas e julgamentos e a manutenção de controles por parte da administração da concessão de aeroportos, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos principais controles internos

dos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária, e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício (quando aplicável).

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	49.198	43.404
Constituição de reserva legal - 5%	(2.460)	(2.170)
Lucro após a constituição da reserva legal	46.738	41.234
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(11.685)	(10.308)
Reserva de incentivo fiscal	(5.258)	(4.571)
Dividendos adicionais propostos no exercício (a)	(2.028)	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	(131)
Constituição reserva de lucros no exercício	27.767	26.224

(a) Em dezembro de 2025, a Companhia deliberou dividendos adicionais no valor de R\$ 2.028. e) **Reservas de Incentivos Fiscais - Subvenção Governamental:** A Companhia goza de subvenção atrelada aos incentivos de IRPJ concedidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional - Superintendência do Desenvolvimento Da Amazonia (SU-DAM) - Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIEF) de acordo com os laudos constitutivo números 129/130/141 e 142 de 2025. Tais incentivos têm prazo de validade até 31/12/2033 por estarem na área de atuação da SUDAM para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados em setores da economia considerados em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, no qual terão direito a redução de até 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda e adicionais calculados pelo lucro da exploração. A companhia realizou o cálculo do lucro da exploração da atividade incentivada no valor de R\$236.657, e apurou um imposto de renda de R\$7.383. Resultando na redução de IRPJ no valor de R\$5.258 para o exercício. Durante exercício findo em 31/12/2025, a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais o valor de R\$5.258 (R\$ 4.571 em 31/12/2024), totalizando R\$ 9.829 como saldo acumulado. f) **Lucro por ação:** Não há diferença entre ação diluída e ação básica. **17. Instrumentos financeiros:** a) **Riscos:** A Companhia pratica operações envolvendo instrumentos financeiros, com a finalidade de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. O gerenciamento dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizados por meio de definição de metas, estratégias e procedimentos de controle definidos pela diretoria da Companhia para que tais riscos sejam minimizados a cada exercício. Além disso, a Companhia gerencia seus recursos, a fim de maximizá-los e assegurar a continuidade de suas operações, com a finalidade de trazer retorno contínuo aos acionistas. As atividades da Companhia estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de crédito, risco de taxas de juros e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas nas atas de assembleia e reuniões de diretoria e acionistas. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente representado nas rubricas de: contas a receber e equivalentes de caixa. c) **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures. Ambas possuem condições de contratação atuais semelhantes aquelas em que elas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e geração de caixa. A Companhia investe os excessos de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e fundos de investimento, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. e) **Categorias dos instrumentos financeiros:** A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a diretoria entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31/12/2025, não havia contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

créditos a receber atrelados à IPCA sobre a parte das debêntures que estão atrelados a esta taxa.

		31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (nota 5)		30.178	256.771
Debêntures (nota 9)		408.069	390.818
Notas comerciais (nota 9)		25.310	
Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, contas a receber, debêntures e empréstimos e financiamentos, a qual a Companhia estava exposta, na data base de 31/12/2025, foram definidos cinco cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI e IPCA, para os próximos 12 meses, ou seja, 31/12/2025 e este definido como cenário provável, sendo calculadas variações de +25%, +50%, -25% e -50%. Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31/12/2025, conforme cenário demonstrado acima:			
Cenário de aumento		Cenário de perda	
Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
25%	50%	25%	50%
8,89% (19.944)	5,87% (23.983)	2,93% (11.967)	1,96% (7.978)
8,89% (1.237)	5,87% (1.434)	2,93% (742)	1,96% (495)
8,85% 4.783	19,02% 5.740	9,51% 2.870	6,34% 1.913
(16.398)	(19.677)	(9.839)	(6.560)

estabelecidos pela administração no processo, a avaliação dos critérios adotados pela administração para identificação, elegibilidade e registro dos gastos capitalizados; (iii) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessão; (iii) a realização de inspeção em bases amostrais dos documentos suportes sobre as adições ao ativo intangível de concessão; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessão, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opi-

18. Imposto de renda e contribuição social:		
a) <u>Conciliação do imposto de renda e contribuição social:</u>	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	65.398	59.932
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda calculado pela alíquota vigente	22.235	20.377
Efeito tributário sobre as diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidas em 2025 (não reconhecidas em 2024) (i)	(777)	777
Compensação prejuízo fiscal para o qual impostos diferidos não foram constituídos	-	(44)
Lucro da exploração	(5.258)	(4.571)
Outros	-	(11)
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	16.200	16.528
Corrente	(4.243)	(7.458)
Diferido	(11.957)	(9.070)
Alíquota efetiva	6,49%	12,44%
i) Com a conclusão substancial das obras dos aeroportos objeto da concessão, à partir do terceiro trimestre de 2025, considerando a maior previsibilidade futura dos lucros tributáveis, a Companhia passou a reconhecer impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis. Até então, apenas os impostos diferidos passivos eram reconhecidos. Não há prejuízos fiscais para os quais impostos diferidos ativos não tenham sido constituídos. b) Imposto de renda e contribuição social diferido: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.		

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias sobre provisão para perdas esperadas de crédito	2.439	-
Diferenças temporárias sobre provisão de demandas judiciais	123	-

Passivo		
Diferenças temporárias sobre juros sobre encargos financeiros	(23.590)	(9.070)
Total	(21.028)	(9.070)

19. Receita líquida:	31/12/2025	31/12/2024
Receltas		
Embarque e utilização (a)	102.448	95.263
Locações (b)	58.205	47.216
Pouso e permanência (c)	26.906	30.622
Serviços a usuários	2.312	1.059
Total de receitas	189.871	174.160

(-) Deduções das receitas		
Abatimentos concedidos e cancelados s/ locação	(1.180)	(405)
ISS	(6.583)	(6.347)
PIS	(3.538)	(2.867)
COFINS	(16.297)	(13.205)
Total das deduções das receitas	(27.598)	(22.824)

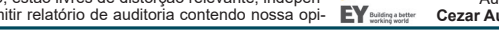
Receita líquida	307.859	78.334
	<u>470.132</u>	<u>229.670</u>

(a) Receitas oriundas ao atendimento de clientes que embarcam e utilizam as dependências do aeroporto, a receita é gerada pela taxa do cupom de embarque. (b) Receitas oriundas pelos espaços cedidos para os lojistas, mediante ao aluguel conforme contrato para utilização do espaço. (c) Receitas oriundas ao período que as aeronaves ficam em hangares para realização de conferência/manutenção e abastecimento. (d) A receita de construção sob a ICPC 01 (Contratos de Concessão) é reconhecida pela concessionária à medida que os serviços de construção ou melhoria da infraestrutura pública são realizados, utilizando o método de porcentagem de conclusão. O valor gasto nas obras gera receitas e custos no resultado e a contrapartida é um ativo intangível (Notas 8 e 20).

Membros da Administração	
Marcos Antônio Migliorini Presidente CPF: 007.276.576-31	Jerônimo Timóteo de Lima Diretor CPF: 035.954.144-54
Eduardo Buzam Júnior - Contador CRC 1SP243887/O-3	

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras. Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80 de 29/03/2022, que: i. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025. São Paulo, 16/03/2026 SPE NOVO NORTE AEROPORTOS S.A Marcos Antônio Migliorini - Diretor Presidente Jerônimo Timóteo de Lima - Diretor Administrativo Financeiro	Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80 de 29/03/2022, que: i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025. São Paulo, 16/03/2026 SPE NOVO NORTE AEROPORTOS S.A Marcos Antônio Migliorini - Diretor Presidente Jerônimo Timóteo de Lima - Diretor Administrativo Financeiro

não. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 16/03/2026.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-034519/O
Cezar Augusto Ansoian de Freitas - Contador CRC SP- 246234/O



SPE Novo Norte Aeportos S A 2025-2024 pdf
Código do documento 5da31d0b-7cee-4f0a-bc3f-996867b1a71b



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

24 Mar 2026, 07:28:31

Documento 5da31d0b-7cee-4f0a-bc3f-996867b1a71b **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-24T07:28:31-03:00

24 Mar 2026, 07:28:44

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-24T07:28:44-03:00

24 Mar 2026, 07:28:52

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 14928) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-03-24T07:28:52-03:00

Hash do documento original

(SHA256):02dca0a220f26934c9f70e51913a91b83f10f434fa794e46ef8d27a2631fb7d9
(SHA512):acc7ec2493aeb446bc63c69ca477307a0a87c97158d79cc28ab664b77b2000bd85c39fd0ca8b871d7722f25a33a80682957b77780c2a238de6bcc7e18f82b02e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.